

LAUDO ANTROPOLÓGICO

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS PARA INSTRUÇÃO DE
PEDIDO DE TOMBAMENTO**

DO TERREIRO DO GANTOIS

ILÊ AXÉ IÁ OMIN IAMASSÊ

como

Patrimônio Histórico e Etnográfico do Brasil

PROF. DR. ORDEP SERRA

O primeiro testemunho a invocar, quando se postula o reconhecimento do elevado valor histórico e cultural do TERREIRO DO GANTOIS — ILÊ AXÉ IÁ OMIN IAMASSÊ, é o do egrégio Conselho do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Este já apreciou, acatou e confirmou a importância da tradição a que se liga o referido templo, aceitando a validade dos documentos etno-históricos e historiográficos que a essa tradição lhe dizem respeito e que interessam sumamente ao Terreiro em causa; já reconheceu que santuários da mesma origem, com acervo similar, monumentos equiparáveis em significado e valor aos do AXÉ IÁ OMIN IAMASSÊ constituem **patrimônio histórico e etnográfico do Brasil**. Isto ocorreu quando do tombamento do *Ilê Axé Iyá Nassô Oká*, Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, efetivado em 1986, e verificou-se de novo no tombamento do *Axé Opô Afonjá*, decidido em 1999. Com efeito, as Exposições de Motivos que fundamentaram a deliberação do egrégio Conselho nessas duas oportunidades fizeram ampla referência ao prístino grupo de culto que deu nascimento não só à Casa do Engenho Velho e ao templo de Afonjá **como também ao Terreiro do Gantois**, assinalando a importância daquele núcleo fundador e de sua obra para a história cultural de nosso país. É digno de nota que a origem comum das três Casas não padece dúvidas: constitui dado bem assente, confirmado por inúmeros estudiosos. As comunidades envolvidas não apenas o reconhecem e declaram, como sempre fazem questão de lembrá-lo; as Exposições evocadas só o reiteram. Os atos em que se deu a homologação do tombo dos monumentos citados oferecem, pois, o apoio de diplomas legais da máxima respeitabilidade à tese argumentada no presente laudo. Acresce que o Terreiro do Gantois foi contemplado em Lei Municipal que torna o sítio deste famoso candomblé *Área Sujeita a Regime Específico*, ASRE, na subcategoria *ÁREA DE PRESERVAÇÃO CULTURAL E PAISAGÍSTICA*, APCP. Integra ele a APCP-02 do Município de Salvador, correspondendo, aí, à *Área de Proteção Rigorosa I*; seu entorno imediato corresponde a uma *Área de Proteção Rigorosa II*. Isso representa um reconhecimento oficial, explícito e cogente, com força de norma, do valor do referido sítio como bem de cultura, digno de preservação: o ato legislativo em tela procura garantir-lhe a integridade, nisso empenhando o poder público. Assim exarado em lei, este testemunho da relevância do objeto das presentes considerações confirma, também, o que nossa perícia tem verificado e este laudo busca demonstrar.

Já no tocante a documentos de caráter científico que interessam ao assunto, e confirmam a excepcional significatividade do monumento em apreço, uma vasta bibliografia pode ser invocada: inúmeros estudiosos fazem referência ao Terreiro do Gantois, lembram suas origens, assinalam seu prestígio, indicam seu valor e destacam sua importância. Os registros se sucedem ao longo de muitas décadas, por dois terços de século. Baste invocar, a propósito, a autoridade de Nina Rodrigues (1935; 1945), Manoel Querino (1938), Edison Carneiro (1948), Arthur Ramos (1940), Melville J. Herskovits (1943), Donald Pierson (1945), Ruth Landes (1967), Roger Bastide (1961; 1989), Pierre Verger (1957; 1962; 1981), Vivaldo da Costa Lima (1977; 1981; 1884; 2000), Deoscóredes Maximiliano dos Santos (1962), Juana Elbein dos Santos (1986), Marco Aurélio Luz (1995), Kátia Matoso (1988), Muniz Sodré (1988), Maria Stella de Azevedo Santos (1993), Ralph Becker (1995), Ordep Serra (1995), H. J. Drewall & J. Mason (1998), Volney J. Berkenbrook (1999), Renato da Silveira (2000). Não se trata de uma relação exaustiva: outros poderiam ser citados...

Cabem alguns destaques. Os ensaios pioneiros de Nina Rodrigues — erudito que inaugurou o estudo sistemático dos ritos afro-brasileiros e foi o primeiro a tratar do candomblé — focalizaram justamente a comunidade religiosa do Gantois, de que ele descreveu o templo e evocou a liturgia. Edison Carneiro, seu discípulo, que muito fez pela consolidação do referido campo de estudos, deu um vigoroso testemunho da importância desse mesmo templo, a seu juízo “tão ilustre que hoje existem as palavras *canzuá* e *ganzuá*, corruelas de Gantois, como sinônimos de candomblé, ou melhor, do tipo ideal de candomblé encarnado pelo de Pulquéria, assim como os inúmeros Versalhes aparecidos em diferentes países da Europa no século de Luís XIV.” Ainda que se trate de uma etimologia falsa (ver a propósito Castro, 2001, s.v. *canzuá*), a conjectura de Carneiro (hoje admitida por muitos, nos meios populares) reflete o imenso prestígio que o santuário em apreço já detinha na primeira metade do século XX. Entre outros, confirmam-no Ramos, Herskovits, Landes e Pierson, nas obras citadas. Fato incontestável é que este prestígio só fez crescer com a passagem do tempo, não só na Bahia como no âmbito nacional. Não apenas antropólogos, historiadores, sociólogos, teólogos, estudiosos de diversas especialidades, como também artistas de grande nomeada o testemunham. A propósito, é suficiente evocar

os registros encontráveis na obra literária de Jorge Amado, na iconografia de Carybé, no cancionário de Dorival Caymmi. Contudo, bastam os testemunhos etno e historiográficos que as autoridades científicas mais acima evocadas aduzem (ou reportam) para confirmar que o AXÉ IÁ OMIN IAMASSÊ representa **um dos mais antigos e notáveis templos afro-brasileiros ainda hoje em atividade**, um **importantíssimo centro de difusão do rito que observa**, com uma nomeada que alcança todo o Brasil, e cresce sempre. Melhor dizendo, impõe-se reconhecer que **o Terreiro do Gantois é o mais famoso centro de culto afro-brasileiro**, hoje também venerado em outros países (Mallorca, 1993). Desde muito, ele costuma receber visitantes de todas as regiões do Brasil — e de várias partes do mundo. Uma de suas Ialorixás, a célebre MÃE MENINHA DO GANTOIS, ganhou celebridade tal que seu nome ainda se conta entre os dos mais célebres líderes religiosos do Brasil.

Um *terreiro* vem a ser um centro religioso e uma forma tradicional de assentamento de um grupo eclesial estruturado segundo as normas de um rito afro-brasileiro. A palavra é dicionarizada, tendo no registro lexicográfico este sentido particular reconhecido, e seu emprego verifica-se comum na vasta etnografia especializada (cf. Holanda Ferreira, 1975, s. v. Houaiss, 2001, s. v.; Lépine, 1982: 68, s. v., Becker, 1995, s.v.). O designativo *candomblé*, termo de origem quimbundo por cujo emprego se identifica, hoje, uma modalidade de culto afro-brasileiro, pode também aplicar-se a um centro onde esse culto é praticado: v.g. *candomblé do Engenho Velho, candomblé do Gantois...* (cf. Cacciatore, 1977; Lépine, op. cit., s.v.; Becker, 1995, p. 374, s.v.; Castro, 2001). A palavra *roça* é ainda empregada, embora cada vez menos, para indicar o espaço físico do candomblé. Em casas de culto do rito *ketu*, na Bahia, a expressão *ebé* (do ioruba *egbé*, cf. Abraham, 1958 s.v.) é usada para assinalar o tipo de grupo eclesial que se dedica a essa liturgia. No caso do Gantois, costuma-se designá-lo como *Ebé Oxossi*. (O termo *axé* também pode ser empregado nesta acepção). O estabelecimento que lhe corresponde — o *terreiro* propriamente dito, o espaço consagrado que sedia o rito — neste meio chama-se ainda de *ilê axé*, ou *ilê orixá*. A comunidade do Terreiro do Gantois segue o rito *ketu*, a tradição religiosa *nagô*. O nome *nagô* é o gentílico mais freqüentemente aplicado, em nosso país, a povos iorubafones da costa ocidental africana e a seus descendentes dispersos na diáspora negro-americana. Aplica-se também, de um modo particular, aos seguidores (iniciados) de

um culto aos orixás, segundo ritos que sacerdotes dessa origem aqui instituíram: designadamente, na Bahia, o rito *ketu* e o rito *ijexá*. A propósito, é comum falar-se em “candomblé da nação ketu”; o termo *nação* veicula, neste caso, uma especificação litúrgica, mas também conota o reconhecimento de uma origem étnica. O nome do rito em questão deriva de um topônimo: **KETU** é uma cidade consagrada ao orixá **OXOSSI**, considerado o fundador da dinastia iorubana que aí reinou, o seu primeiro soberano. (O remanescente desta antiga cidade-estado fica hoje na República do Benin, perto da fronteira com a Nigéria). O hieronímico do Terreiro do Gantois, de que **OXOSSI** é regente, faz referência explícita a um outro orixá, de quem incorpora o teônimo: reporta-se ao nome de uma divindade feminina (uma *Iyá Mi*, conforme a categoria é designada na teologia nagô) : a divina **Iá Massê**, uma senhora das águas [segundo indica sua epiclesse de *Iá Omin* (> *Iyà Omi*)]. O culto deste orixá, segundo renomados africanistas, seria originário de Oió, difundido-se pela Iorubalândia através de Abeokutá (cf. Silveira, op. cit.). Mas há outros indicadores teológicos importantes no que tange à consagração deste templo: conforme registra Costa Lima (1976 : 82, n. 50), “o dono da Roça [do Gantois]... vem a ser Xangô, isto é, Dadá. Dadá e Ajagunan. Agora o padroeiro da Roça é Oxossi...” Na verdade, está longe de ser incomum a dedicação de um templo de candomblé a diferentes patronos, que se distinguem como “dono” e “padroeiro”, conforme sucede no registro citado, ou são contemplados com atribuições complementares (cabendo a um a regência do terreno e a outro a do santuário principal, por exemplo). É digno de nota que coincidem os patronos principais do Gantois e do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho (consagrado a OXOSSI e XANGÔ). Em ambos os casos (ou seja, tanto no concernente ao **Ilê Axé Iyá Nassô Oká** como no que concerne ao AXÉ IÁ OMIN IAMASSÊ), isto vem a ser indício de origens que remontam a Oió e a Ketu . No registro em apreço (na supracitada nota de Costa Lima), o nome *Xangô* é empregado como teônimo genérico, designativo de classe divina na qual o nome/nume *Dadá* se inclui. Por outro lado, já vimos que o hieronímico deste templo celebra a divina mãe de XANGÔ — cultuada em Oió com o nome de IYÁ MASSÊ . Oió, antiga capital de um império ioruba (ver Johnson, 1921; Morton-Williams, 1967; Smith, 1969; Bascom, 1969), é centro irradiador do culto de XANGÔ, assim como Ketu é centro do culto de OXOSSI (Cf. também Parrinder, 1956; Burt, 1977; Adékóíá, 1999). Como se vê, pois, o hieronímico do *Terreiro do Gantois* exprime com clareza sua

origem, sua natureza e sua consagração. [As variantes desta fórmula nominativa se explicam, em parte, pelas contingências da adaptação de um léxico iorubano ao sistema do português, passagem que reflete alterações fonêmicas na formação da variedade chamada “língua nagô”, em uso em terreiros baianos — onde foi erigida em código litúrgico, a partir de um padrão já superado no uso nativo do idioma iorubá. (A variação aludida reflete, também, vicissitudes de convenções gráficas oscilantes e efeitos de simplificação semântica, como o emprego eventual de “axé” por “ilê axé” etc.)]. Já o nome popular que celebrizou o famoso templo em todo o Brasil faz alusão ao antigo proprietário do terreno onde ele veio a implantar-se, um sítio outrora pertencente a um europeu.

Reza a tradição — e estudos diversos têm confirmado — que a matriz das grandes casas nagôs da Bahia instalou-se originalmente na Barroquinha, Centro Histórico de Salvador, donde veio a transferir-se (quicá na terceira década do Século XIX) para o trecho então chamado Joaquim dos Couros, da Estrada do Rio Vermelho, hoje às margens de uma avenida (a Vasco da Gama); aí se instalou — e permanece — o *Ilê Axé Iyá Nassô Oká*, ou *Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho*. Entre as autoridades que tratam do assunto, destacam-se Roger Bastide, Pierre Verger, Vivaldo da Costa Lima, Drewall & Mason, Renato da Silveira. Este último (na seqüela de outros notáveis estudiosos e com base em testemunhos recolhidos nas grandes Casas referidas) atribui a *Babá Adetá* — um dos principais membros do pioneiro grupo de culto da Barroquinha — um papel de destaque na transferência de um ramo dissidente do núcleo formador do templo do Engenho Velho para o sítio que hoje corresponde ao Terreiro do Gantois. De qualquer modo, segundo indicam todas as fontes, a dissidência surgiu com a disputa pelo trono de Iyá Nassô, após o falecimento de sua primeira sucessora, a Ialorixá Marcelina da Silva (*Obá Tossi*); o novo *Ebé Oxossi* foi constituído pela facção que apoiava a candidata então preterida, Maria Júlia da Conceição Nazaré. As diversas fontes são acordes em reconhecer a esta sacerdotisa o título de fundadora e primeira Ialorixá do ILÊ AXÉ IÁ OMIN IAMASSÊ, Terreiro do Gantois, em que foi sucedida por uma sua descendente, a Venerável Pulqueria Maria da Conceição Nazareth. De acordo com Silveira, autor do estudo mais recente sobre o assunto (op. cit.),

*Ainda não está estabelecida uma cronologia segura do Gantois, porém creio que o Ebé Oxóssi foi fundado ainda na Barroquinha, saiu de lá com Iyá Nassô, pois em 1855 a família Conceição ainda fazia parte da Casa Branca. De 1868 ao final de 1871, segundo notícias veiculadas pelo jornal **O Alabama**, já o encontramos funcionando em um local denominado o Moinho, situado no início da atual Avenida Vasco da Gama, às margens do Dique, onde hoje encontra-se o posto de abastecimento não por acaso chamado de São Jorge. Só depois desta data o Ebé Oxóssi instalou-se com o candomblé de Tia Júlia no sítio chamado de Gantois, fazenda de um poderoso comerciante belga, um dos maiores traficantes de escravos da Bahia na primeira metade do século XIX.*

Há um certo consenso, entre os estudiosos e fontes disponíveis, de que a fundação do Gantois se dá nos fins do século XIX. Alguns situam a secessão que o originou em um período em que o Ilê Axé Iyá Nassô Oká já se achava no sítio que hoje o identifica como o Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho. Porém, de acordo com os Estatutos da Associação de São Jorge (Ebé Ochossi), de 1930, em seu Artigo 1º,

A 'Associação de São Jorge (Ebé Ochossi), fundada nesta Capital em 1849, pela prêta africana (nagô) Maria Júlia da Conceição Nazareth, proseguida, depois, em 1900, por Pulquéria Maria da Conceição Nazareth; consecutivamente, em 1918, por Maria da Glória Nazareth, e, reorganizada em 1826 por D. Escolastica Maria da Conceição Nazareth, tem a sua sede nesta Cidade, ao 'Alto do Gantois', Distrito da Vitória e, será indeterminado o seu tempo de duração.

No Gantois, a sucessão segue regras tradicionais específicas que limitam o acesso ao cargo máximo de **Ialorixá** a pessoas do sexo feminino, iniciadas, com senioridade ritualmente reconhecida (pertencentes ao grupo das chamadas *ebomin*) ligadas por laços parentais à estirpe da fundadora: trata-se, aí de um cargo “hereditário”, conforme se diz no *ebé*. Um rito divinatório de consulta aos orixás (o jogo dos búzios, segundo o cânon de *Ifá*) deve perfazer-se, através de especialistas autorizados, para a indicação da sacerdotisa suprema. Aquela que assume a direção da Casa no período de vacância da **Ialorixá** tem então o título

de *Ialaxé*. A célebre Iyá Pulqueria foi sucedida pela Venerável Maria da Glória Nazareth, genitora de Escolástica Maria da Conceição Nazaré, que a sucedeu e veio a ser a mais famosa Ialorixá do Brasil. Esta sacerdotisa celebrou-se com o nome carinhoso de MÃE MENINHA DO GANTOIS. Pontificou entre 1926 e 1986. Depois de um interregno de um ano, sucedeu-a a Venerável Cleusa Millet, sua filha, falecida em 1999. No interregno subsequente, que durou até fins de maio de 2002, o ILÊ AXÉ IÁ OMIN IAMASSÊ, Terreiro do Gantois, esteve sob a regência da Venerável *Ialaxé* Carmen Oliveira, que então ascendeu ao cargo de *Ialorixá*.

Um *egbé* como o que tem sede no ILÊ AXÉ IÁ OMIN IAMASSÊ, Terreiro do Gantois, compreende iniciandos e iniciados. Estes últimos se distribuem na organização de acordo com um padrão hierárquico bem definido. No candomblé tradicional do rito nagô (conforme sucede, também, nas grandes casas *jeje* e *angola* da Bahia), ritos preliminares podem garantir a iniciandos uma ligação com o *axé*, mesmo antes do ingresso formal no grêmio místico — ingresso este que se efetua através do competente rito de passagem —. Os iniciados progridem num tal grêmio segundo a regra da *seniority*, sobremarcada pela exigência de celebração de ritos específicos que definem as mudanças de status religioso possibilitadas — porém não garantidas — pela passagem do tempo; mas ascendem também por atribuição de cargos e/ou de títulos honoríficos (cf. Costa Lima, 1977; Maria Stella de Azevedo, op. cit.). A afiliação ao Terreiro do Gantois dá-se por trâmites religiosos, e assim é que, nos dias de hoje, ele acolhe pessoas de diversas origens: tem *filhos* negros, brancos, mestiços, de diferentes procedências e classes sociais, embora com predomínio de negros, trabalhadores de baixo poder aquisitivo. Sua iniciação os afilia aos fundadores do *axé*, aos antepassados nagôs, pela via mística, agora suporte da identificação assinalada por um rótulo que também conota etnicidade. Os iniciados no Gantois observam as reservas típicas de uma congregação religiosa que se entende como um corpo místico. Sua comunhão a separa dos profanos em liturgias próprias a que apenas dá acesso a investidura sacramental. Este *egbé* se empenha, assim, na observância de um *Kultbild* específico; mas nunca negou reconhecimento ao valor de outras tradições. Nos limites que o preceito estabelece, o acesso a suas festas públicas é irrestrito. Os limites que se exprimem, então, em termos espaciais têm a ver com definições hieráticas, pois o espaço da

feita pública é contíguo a santuários e clausura, de acesso vedado a profanos. Tipologicamente, o rito observado no Gantois pode caracterizar-se como um culto místico (no sentido estrito do termo), iniciático e entusiástico.

Como se sabe, é raro que o grupo de culto de um candomblé fique **todo** abrigado no espaço do *terreiro*; mas sempre uma fração importante do seu clero reside nesse âmbito. O conjunto de residentes em um *terreiro* não coincide, pois, com o *ebé*, tanto pela razão alegada como também porque pode compreender uma minoria de elementos não ligados à Casa, ou sequer ao culto dos orixás, localizados no terreno do *ilê axé* por agregação ou intrusão. Fração importante do clero do *Egbé Oxossi* acha-se assentada na área do Terreiro, mas nesta até há pouco se encontravam, também, pessoas não ligadas ao seu grêmio místico. Este, por outro lado, conta com muitos membros residentes em diferentes pontos da Cidade do Salvador, do interior da Bahia e mesmo em outros estados do Brasil. **Para todos os que aí foram iniciados, o AXÉ IÁ OMIN IAMASSÊ é um lugar de origem: o sítio onde renasceram.**

Em centros religiosos dessa natureza, ao *ebé* justapõe-se, usualmente, uma outra estrutura organizacional: uma sociedade civil constituída para representar o grupo de culto, defender seus direitos e preservar-lhe o patrimônio; tal sociedade vem a ser composta por membros do *ebé* e também (costumeiramente) por outros cidadãos que com eles comungam interesses e objetivos especificados nos estatutos a cuja norma aderem, sendo-lhe afiliados de modo espontâneo, nos termos da lei brasileira. Assim, na esfera civil, o Terreiro do Gantois é representado pela **ASSOCIAÇÃO DE SÃO JORGE (EBÉ OXOSSÍ)**, fundada em 1849, reorganizada em 1930 e de novo reorganizada em 1982, registrada em 4 de setembro de 1988 no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos como Pessoa Jurídica de Direito Privado, e inscrita na Secretaria da Receita Federal sob o número 33 794 678 / 0001-42. De acordo com o que estabelecem os Estatutos desta Associação, ela tem em sua Superintendência Geral a Iyalorixá do Ebé Ochossi.

O terreno do AXÉ IÁ OMIN IAMASSÊ acha-se demarcado, com limites definidos, especificados em legislação que diz respeito à ASRE onde se encerra, com plantas de

localização e situação, levantamento planialtimétrico, planta baixa de santuários destacados e de seu monumento principal. Todo o sítio acha-se marcado por referências simbólicas que o tornam ponto de apoio para uma identificação étnico-religiosa. A reiteração de liturgias cíclicas em torno a monumentos do *terreiro* assinalam **sua área total** como um templo. É conforme ao padrão desse tipo de assentamento a existência de um edifício nuclear, verdadeira matriz do conjunto, onde se encontram o **salão de festas públicas**, a **clausura**, a **cozinha sagrada** e alguns dos **principais sacrários**, além de **cômodos residenciais** onde se alojam hierarcas de alta posição, uma **sala-refeitório** onde são comungadas as oferendas alimentares, nas grandes festas públicas, um **vestuário** onde os iniciados em transe se paramentam e outros anexos. Este edifício é geralmente designado como *barracão* e tem uma estrutura de estabelecimento conventual, com um claustro provisório e “celas” para sacerdotes graduados, além de dependências outras dedicadas a usos prático-domésticos e/ou a usos religiosos. Além dos sacrários e nichos incluídos no interior do *barracão*, há outros que constituem pequenos prédios independentes, os quais são chamados (também) de *ilê orixá* (ver planta constante deste processo). Ainda de acordo com o padrão de assentamento em apreço, existem no Terreiro do Gantois outros *sacra: monumenta* não edificadas (naturais), que integram o conjunto do *ilê axé*, a saber: arbustos e árvores sagradas, fonte, mancha de vegetação — itens considerados hierofanias, ou investidos de papel simbólico que lhes é adscrito segundo o modelo de uma cosmologia tradicional, de inspiração religiosa (o *Weltbild* a que se reporta o rito do candomblé). Essas referências simbólicas, os ritos de sagração rememorados e a atualidade conferida — através da reiteração de liturgias ordinárias e cíclicas — aos monumentos que assinalam o *terreiro* destacam-no como área consagrada, *sui generis*, que, na perspectiva do culto, se opõe simbolicamente ao espaço profano. Explicita esta sua categorização a sua dedicação a um patrono divino. Esta área acha-se descrita em memorial anexo, que expõe sua configuração espacial, com o devido registro em planta dos monumentos edificadas. Em atenção ao valor dos *sacra* vegetais deste conjunto monumental, o espaço do Terreiro do Gantois.

Conforme consta de Contrato firmado em 29 de dezembro de 1982 entre Ursula Martins Catharino e Maria Escolastica da Conceição (ver documento anexo), o terreno do Terreiro

do Gantois foi dado em aforamento pela quantia de nove mil cruzeiros, ficando a enfiteuta obrigada ao pagamento anual do foro correspondente a Cr\$ 2.727,00.

O sítio do Terreiro do Gantois desde muito é posse mansa e pacífica de uma comunidade organizada, com uma identidade étnico-religiosa reconhecida, que preserva memória de suas origens, e se mostra consciente de seu histórico enquanto um grupo particular; o *Egbé Oxossi* aí erigiu monumentos dignos de preservação e realizou benfeitorias; presta serviços religiosos e outros à população em geral, atendendo a uma sua demanda constante, e assegura-lhe o gozo de bens culturais significativos.

O AXÉ IÁ OMIN IAMASSÊ goza, por isso (e pelos valores que defende), de elevada consideração na sociedade brasileira. Serve de referência insubstituível na crônica de um povo que teve destacada importância na formação da riqueza do Brasil, na construção de sua identidade e de sua cultura. É monumento expressivo da cidade do Salvador, motivo de orgulho para a Bahia e para o Brasil; evoca a gesta dos africanos e afro-descendentes neste país, a memória de grandes sacerdotisas e sacerdotes negros que se impuseram ao respeito de todos e conquistaram o amor de seu povo; evoca uma história que brasileiros de todas as origens prezam, legado de grandes civilizações, testemunho de nossa preciosa herança africana. Em suma, O ILÊ AXÉ IÁ OMIN IAMASSÊ tem indiscutível importância histórica e cultural para o nosso país, de que é valioso patrimônio.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA CITADA

ADÉKÒYÀ, O. A.

1999 - *Yorùbá: tradição oral e história*. São Paulo: Terceira Margem.

ABRAHAM, R. C.

1958. *Dictionary of Modern Yoruba*. London: University of London Press.

BASTIDE, R.

1958 - *Le candomblé de Bahia (rite nagô)*. Paris/Haia: Mouton & Co.

1971 - *As religiões africanas no Brasil. Contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações*. S. Paulo: Livraria Pioneira/Editora da Universidade de São Paulo.

BECKER, R. M.

1995. *Trance und Besessenheit im Candomblé von Bahia*. Münster: Lit Verlag.

BURT, B.

1977 - *The Yoruba and their gods*. Londres: British Museum Publications.

CACCIATORE, O. D.

1981. *Dicionário de Cultos Afro-Brasileiros*. Rio de Janeiro: Forense.

COSTA LIMA, V. da

1977. *A Família-de-Santo nos Candomblés Jeje-Nagôs da Bahia*. Salvador: UFBA.

1981 - "Os obás de Xangô". In MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de, *Olôdrisa. Escritos sobre a religião dos orixás*. São Paulo: Editora Ágora.

1982 - "Organização do grupo de candomblé. Estratificação, senioridade e hierarquia". In MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de, *Bandeira de alairá*. São Paulo: Nobel.

1984 - "Nações de candomblé". In Encontro de Nações de Candomblé. Salvador: Ianamá/CEAO/CED.

1987 - "O candomblé na Bahia na década de 30". In COSTA LIMA, Vivaldo, & OLIVEIRA, Waldir Freitas: *Cartas de Edison Carneiro a Artur Ramos*. Salvador: Editora Corrupio.

2000 - "Nota sobre a origem de Queto". Comunicação apresentada no Seminário Palmares 300 anos: Memória e Estratégias Comunitárias. São Paulo. Digit.

CUNHA, M. C. da

1985 - *Negros, Estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Editora Brasiliense.

DREWAL, H. J. & MASON, J.

1998 - *Beads, body and soul. Art and light in the yorùbá universe*. Los Angeles: UCLA/Fowler Museum of Cultural History.

HERSKOVITS, M. J.

1943 - *Pesquisas etnológicas na Bahia*. Salvador: Publicações do Museu da Bahia.

HOLANDA FERREIRA, A. B. de.

1975. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

JOHNSON, S.

1921 - *The history of the Yorubas. From the earliest times to the beginning of the british protectorate*.

Lagos: Bookshops (edição original 1897).

LANDES, R.

1967 - *A cidade das mulheres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LAW, R.

1977 - *The Oyo empire. C. 1600-c.1836: a west african imperialism in the era of atlantic slave trade*.

Oxford: Claredon Press.

LUZ, M. A.

1995 - *Agadá. Dinâmica da civilização africano-brasileira*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA/SECNEB.

MATTOSO, K.

1978 - *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. S. Paulo: Hucitec/ Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

1988 - *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense.

1992 - *Bahia, século XIX. Uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

OLIVEIRA, M. I. C. de

1988 - *O liberto, o seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio/Brasília:CNPq.

OTT, C.

1981 - "A igreja da Barroquinha". In *Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia*, Salvador, vol. 45.

PARRINDER, G.

1956. *The Story of Ketu, an Ancient Yoruba Kingdom*. Ibadan University Press.

RAMOS, A.

1979 - *As culturas negras no Novo Mundo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

SALVADOR. ÓRGÃO CENTRAL DE PLANEJAMENTO.

1982. *Monumentos Negros da Bahia*. Salvador: OCEPLAN.

SANTOS, D. M. dos

1988 - *História de um terreiro nagô*. São Paulo: Max Limonad.

SANTOS, J. E. dos

1977 - *Os nàgó e a morte*. Petrópolis: Editora Vozes.

SANTOS, M. S. A.

1993. *Meu tempo é agora*. São Paulo: Oduduwa.

SERRA, O.

1995. *Águas do Rei*. Petrópolis: Vozes.

SILVEIRA, R. da.

2000. “Iyá Nassô Oká, Babá Axiá e Bamboxê Obitikô”. Salvador: Depto.de Antropologia / FFCH / UFBA.

SMITH, R. S.

1969 - *Kingdoms of the Yoruba*. Londres: Methuen.

VERGER, P.

1981 - *Orixás*. Salvador: Editora Corrupio/São Paulo: Círculo do Livro.

1981a - *Notícias da Bahia-1850*. Salvador: Editora Corrupio.

1982 - “Etnografia religiosa iorubá e proibidade científica”. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 8.

1986 - “Transe de possession religieuse chez les Yorubas et les Fons du Nigéria et de la République du Bénin et chez leurs descendants au Nouveau-Monde”.

In: Actes des Deuxièmes Rencontres Internationales sur la Fête et la Communication, 1985, Nice. *Transe, chamanisme, possession*, Nice:

Éditions Serre/Nice-Animation.

1987 - *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos. Dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio.

1992 - “A contribuição especial das mulheres ao candomblé do Brasil”. In: *Artigos- Tomo I*. São Paulo: Corrupio.

1998 - *Notas sobre o culto aos orixás e voduns na Bahia de Todos os Santos, no Brasil, e na antiga Costa dos Escravos, na África*. São Paulo: Edusp.